



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1033/2018 - GMS 3625/2018.

CONTRATO PARA AQUISIÇÃO DE
MATÉRIA PRIMA PARA FABRICAÇÃO DE
PRODUTOS DOMISSANITÁRIOS, PARA
ATENDER A DEMANDA DO
DEPARTAMENTO PENITENCIÁRIO, QUE
ENTRE SI FAZEM O ESTADO DO PARANÁ,
ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO
DA SEGURANÇA PÚBLICA E
ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA E A
EMPRESA LUIZ MINIOLI NETTO – EPP.

PROTOCOLO nº: 15.462.926-2

CONTRATANTE: O ESTADO DO PARANÁ, através da SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA, inscrito no CNPJ sob n.º 76.416.932/0001-81, com sede localizada junto à Rua Deputado Mário de Barros, n.º 1.290, Centro Cívico, CEP: 80.530-280, Centro Cívico, Curitiba/PR, neste ato representada pelo senhor **JÚLIO CEZAR DOS REIS**, nomeado pelo Decreto nº 8735 de 05 de fevereiro de 2018.

CONTRATADO(A): LUIZ MINIOLI NETTO - EPP, CNPJ nº 14.221.429/0001-13, com sede na Rua Anibal Goulart Maia Filho, 550, Bairro Alto, Curitiba/PR - CEP: 82.820-480, neste ato representado por **LUIZ MINIOLI NETTO - EPP** RG nº 6.801.496-4 e CPF nº 005.498.189-10.

CLÁUSULA PRIMEIRA - OBJETO

1.1 O presente contrato tem por objeto, pela parte do **CONTRATANTE**, a aquisição de **matéria prima para fabricação de produtos domissanitários** fornecidos pela **CONTRATADA** de acordo com as condições e especificações mínimas exigidas no Termo de Referência e proposta comercial da empresa.

Lote	Descrição do objeto	Quant	Valor Unitário	Valor Total
02	7907.26744 - ÁCIDO SULFÔNICO 96% - Substância: CH ₃ - (CH ₂) _n - CH = C ₆ H ₄ - p(SO ₃ H) (CH ₂) _m - CH ₃ (n + m = 7 - 10) (n, m = 0 - 10) em solução aquosa. Cor: Líquido viscoso acastanhado, Odor: de enxofre, UNID. DE MEDIDA: Quilograma	4500	12,50	56.250,00
05	7907.26749 - LAURIL 26% - Nome Químico: Lauril Éter Sulfato de Sódio Fórmula: CH ₃ (CH ₂) ₁₀ CH ₂ (OCH ₂ CH ₂) _n OSO ₃ Na Peso Molecular: 384 Aparência Líquido Límpido Odor Inodoro Concentração 26,00 à 28,00 % Sulfato: Máx. 1,20 Cloreto Máx. 0,20 Insulfatado: Máx. 1,00 pH (sol. 10%): 6,00 à 8,00, UNID. DE MEDIDA: Quilograma	1600	6,50	10.400,00
06	6801.25958 - SILICATO DE SÓDIO - Alcalino, Fórmula molecular: Na ₂ O(SiO ₂) _n Líquido turco incolor a turvo acinzentado ou marrom avermelhado Na ₂ O:14,50 a 15,50%, UNID. DE MEDIDA: Quilograma	600	5,80	3.480,00



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS - CONTRATO - Nº 1033/2018 - GMS 3625/2018.

Lote	Descrição do objeto	Quant	Valor Unitário	Valor Total
09	6801.27807 - HIPOCLORITO DE SÓDIO - Estado Físico: Líquido Amarelo Esverdeado; Odor: Água Sanitária, Pungente como Cloro. pH: Aproximadamente 9-12; Ponto de Fusão: -25°C (solução a 12% NaClO); Ponto de Ebulição: a 110°C Há Decomposição (15% NaClO); Temperatura de Auto-ignição: Não Inflamável Densidade (água=1) 50g/cm³=1,08; 100g/cm³=1,14 Solubilidade: Na água é completamente miscível Temperatura de vapor: 175 mm Hg a 20°C, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Utilizado como Matéria Prima na Fabricação de Domissanitários, EMBALAGEM: Galão de Plástico, UNID. DE MEDIDA: Quilograma	5000	3,90	19.500,00
12	6801.27813 - ESSÊNCIA DE LAVANDA - Líquido Translúcido, Amarelo Claro; Densidade 20°C 0,9870-1,0070 Índice de Refração: 1,4420-1,4620 Ponto de fulgor: 40°C, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Utilizado como Matéria Prima para Fabricação de Domissanitários, EMBALAGEM: Galão de Plástico, UNID. DE MEDIDA: Litro	100	76,00	7.600,00
13	6801.27814 - ESSÊNCIA DE CAMOMILA - Líquido Translúcido, Amarelo Claro; Densidade 20°C: 1,0020-1,0220 Índice de refração 20°C° ; 1,4440-1,4640 Ponto de fulgor: 79°C, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Utilizado como Matéria Prima para Fabricação de Domissanitários, EMBALAGEM: Galão de Plástico, UNID. DE MEDIDA: Litro	50	121,00	6.050,00
14	6801.27817 - ESSÊNCIA FLORAL - Líquido Translúcido, incolor/ amarelo palha; Densidade 20°C: 0,9750-0,9950 Índice de Refração 20°C° ; 1,4580-1,4780 Ponto de Fulgor: 42°C, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Utilizado como Matéria Prima para Fabricação de Domissanitário, EMBALAGEM: Galão de Plástico, UNID. DE MEDIDA: Litro	100	62,00	6.200,00
15	6801.27818 - ESSÊNCIA LIMÃO - Líquido Translúcido, Amarelo Palha; Densidade 20°C: 0,9680-0,9880; Índice de Refração 20°C: 1,3870-1,4070; Ponto de fulgor: 34°C, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Utilizado como Matéria Prima para Fabricação de Domissanitários, EMBALAGEM: Galão de Plástico, UNID. DE MEDIDA: Litro	100	75,00	7.500,00
19	6801.27824 - ÁCIDO CÍTRICO - Estado Físico: Sólido; Aspecto: Pó ou Cristais; Cor: Branco, Inodoro pH: 2,2 (solução 0,1N); Ponto de Fusão: 153°C; Ponto de Fulgor: 1000 à 1020°C; Temperatura de auto-ignição: 1011°C; Densidade 20°C: 1,665 g/cm³; Solubilidade em água (20°): 60g/100ml; Peso molecular: 192,12, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Utilizado como Matéria Prima para Fabricação de Domissanitários, EMBALAGEM: Saco Plástico, UNID. DE MEDIDA: Quilograma	300	10,00	3.000,00
26	7907.42105 - ESSÊNCIA ANIS - Líquido Translúcido, Amarelo Claro; Densidade 20°C: 0,9780-0,9980 Índice de refração 20°C 1,4400-1,4600 Ponto de fulgor: 25°C, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Utilizado como Matéria Prima para Fabricação de Domissanitários, EMBALAGEM: Galão de Plástico, UNID. DE MEDIDA: Litro	100	110,00	11.000,00
27	7907.42107 - ESSÊNCIA HERBAL - Líquido Translúcido, incolor a Amarelo Claro; Densidade 20°C: 0,9750-0,9950 Índice de refração 20°C 1,4580-1,4780 Ponto de fulgor: 40°C,	50	68,00	3.400,00

Handwritten signature and mark



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1033/2018 - GMS 3625/2018.

Lote	Descrição do objeto	Quant	Valor Unitario	Valor Total
	CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Utilizado como Matéria Prima para Fabricação de Domissanitários, EMBALAGEM: Galão de Plástico, UNID. DE MEDIDA: Litro			
28	7907.42108 - ESSÊNCIA SANDALO - Líquido Translúcido, Amarelo palha; Densidade 20°C: 1,0020-1,0220 Índice de refração 20°C 1,3870-1,4070 Ponto de fulgor: 34°C, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Utilizado como Matéria Prima para Fabricação de Domissanitários, EMBALAGEM: Galão de Plástico, UNID. DE MEDIDA: Litro	50	210,00	10.500,00
41	7907.42166 - CORANTE BRANCO – Estado físico: Líquido; Forma: Líquida a viscosa; Cor: Branco; Odor: Inodoro; pH 9,5-10,5; Viscosidade: 1000-3000cP; Ponto de ebulição: maior que 100°C; Ponto de fusão: menor que 0°C; material não inflamável; Densidade: 1,60 g/ml; Solubilidade: Solúvel em água. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: Utilizado como Matéria Prima para Fabricação de Domissanitários, EMBALAGEM: Galão de Plástico, UNID. DE MEDIDA: Litro	10	88,00	880,00
Total Geral: R\$ 145.760,00				

CLÁUSULA SEGUNDA - FUNDAMENTO

2.1 Este contrato é firmado com fundamento no resultado do **PREGÃO ELETRÔNICO nº 762/2018-SRP/DEAM/SEAP**, objeto do processo administrativo 14.620.206-3, com homologação publicada no Diário Oficial do Estado nº 10302, de 25/10/2018.

CLÁUSULA TERCEIRA - FORMA DE FORNECIMENTO

3.1 Os bens deverão ser fornecidos de forma parcelada, de acordo com a necessidade, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após cada ordem de fornecimento, conforme demanda e descritivo no Termo de Referência.

CLÁUSULA QUARTA - PREÇO E VALOR DO CONTRATO

4.1 O CONTRATANTE pagará à(o) CONTRATADA(O) os preços unitários previstos em sua proposta, que é parte integrante deste contrato.

4.2 O valor total do contrato é de **R\$ 145.760,00 (cento e quarenta e cinco mil, setecentos e sessenta reais)**

4.3 No preço pactuado estão inclusas todas as despesas necessárias à execução do objeto do contrato, inclusive tributos, encargos trabalhistas e despesas com transporte e locomoção.

CLÁUSULA QUINTA - DA RESPONSABILIDADE DA GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

5.1 A responsabilidade pela gestão deste contrato caberá ao(à) servidor(a) ou comissão designados, conforme item 5.3 deste Contrato, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas no art. 72 do Decreto Estadual nº 4.993/2016.

Gestor do contrato: Boanerges Silvestre Boeno Filho, RG.: 10.270.732-0, CPF: 708.556.417-20, cargo/função: Gerente da Divisão de Educação e Produção - Agente



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1033/2018 - GMS 3625/2018.

Penitenciário, e-mail: boanerges@depen.pr.gov.br / dipro@depen.pr.gov.br, telefone: (41)3589-6780 / 9233-1802

5.2 A responsabilidade pela fiscalização deste contrato caberá ao(a) servidor(a) ou comissão designados, conforme o item 5.3 deste, o(a) qual será responsável pelas atribuições definidas nos art. 73 e 74 do Decreto Estadual nº 4.993/2016.

Fiscal do contrato: Miguel Camargo, RG: 1.039.165-2, CPF: 404.277.819-49, cargo/função: Chefe da Fábrica de Domissanitários da Penitenciária Central do Estado - PCE-Agente de Apoio, Email: camargomiguel@depen.pr.gov.br, Tel.: (41) 3589-8417/99987-6874.

5.3 Os responsáveis pela gestão e fiscalização do contrato serão designados por Portaria da Contratante.

5.4 A gestão e a fiscalização do contrato serão exercidas pelo Contratante, que realizará a fiscalização, o controle e a avaliação dos bens fornecidos, bem como aplicará as penalidades, após o devido processo legal, caso haja descumprimento das obrigações contratadas.

CLÁUSULA SEXTA - PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA E RECEBIMENTO

6.1 Os produtos deverão ser entregues na Penitenciária Central do Estado - PCE, situada na Avenida das Palmeiras, s/nº – Piraquara – PR, CEP: 83.302-240, na forma, nos prazos e de acordo com as especificações técnicas contidas no Termo de Referência, que integra o presente contrato para todos os fins. A entrega deverá ser agendada via fone (41)3294-2974 / 99233-1802.

6.2 O recebimento provisório será feito no local da entrega, no prazo máximo de 02 (dois) dias, de acordo com o contido no termo de referência.

6.3 O recebimento definitivo será feito no prazo de até 15 (quinze) dias da expedição do termo de recebimento provisório, depois de conferidos os itens recebidos, consignando eventuais intercorrências.

6.4 O **CONTRATANTE** devolverá o(s) item(ns) ou unidade(s) que não for(em) aceito(s) em razão de defeito(s) ou que não estiver(em) de acordo com a proposta ou com o termo de referência, tendo o(a) **CONTRATADO(A)** o prazo de até 15 (quinze) dias para substituí-lo(s).

CLÁUSULA SÉTIMA - FONTE DE RECURSOS

7.1 A despesa correrá por conta da Dotação Orçamentária: **3968.06.421.13.4385** Ações do Fundo Penitenciário e Dotação Orçamentária: **3917.06.421.13.4383** – Gestão do Sistema Penitenciário, elemento de despesa **3390.30** – Material de consumo, Subelemento de despesa **22**, Material de limpeza e Produção de higienização, fontes **258 e/ou 113**.

CLÁUSULA OITAVA - VIGÊNCIA

8.1 O contrato terá vigência de 12 meses a partir da data da assinatura.



SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1033/2018 - GMS 3625/2018.

CLÁUSULA NONA - PAGAMENTO

9.1 Os pagamentos serão feitos no prazo máximo de 30 (trinta) dias da apresentação da nota fiscal atestada e do Certificado de Regularidade Fiscal (CRF), emitido pelo Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços (GMS), destinado a comprovar a regularidade com os Fiscos Federal, Estadual e Municipal, com o FGTS, INSS e a negativa de débitos trabalhistas (CNDT), observadas as disposições do termo de referência.

9.2 Nenhum pagamento será efetuado sem a apresentação dos documentos exigidos, bem como enquanto não forem sanadas irregularidades eventualmente constatadas na nota fiscal, no fornecimento dos bens ou no cumprimento de obrigações contratuais.

9.2.1 Os pagamentos ficarão condicionados à prévia informação pelo credor, dos dados da conta-corrente junto à instituição financeira **CONTRATADA** pelo Estado, conforme o disposto no Decreto Estadual n.º 4.505/2016, ressalvadas as exceções previstas no mesmo diploma legal.

9.3 Nos casos de eventuais atrasos de pagamento, desde que a **CONTRATADA** não tenha concorrido, de alguma forma, para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela **CONTRATANTE**, entre a data do vencimento e o efetivo adimplemento da parcela, é calculada mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$EM = I \times N \times VP$, sendo:

EM = Encargos moratórios;

N = Número de dias entre a data prevista para o pagamento e a do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela a ser paga.

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438, assim apurado:

$I = (TX)$

$I = \frac{(6/100)}{365}$

$I = 0,00016438$

TX = Percentual da taxa anual = 6%.

CLÁUSULA DÉCIMA - OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DAS PARTES

10.1 As partes obrigam-se a adotar todas as providências a seu cargo para a fiel execução deste contrato.

10.2 O(A) CONTRATADO(A) obriga-se especialmente a:

10.2.1 efetuar a entrega do objeto em perfeitas condições, conforme especificações, prazo e local constantes no edital e seus anexos, acompanhado da respectiva nota fiscal, na qual constarão, as indicações referentes a: marca, fabricante, modelo, procedência e prazo de garantia ou validade, e acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português e da relação da rede de assistência técnica autorizada, quando cabível;

10.2.2 responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com os artigos 12, 13 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei Federal nº 8.078/1990);

10.2.3 substituir, reparar ou corrigir, às suas expensas, no prazo fixado no termo de referência, o objeto com avarias ou defeitos;



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1033/2018 - GMS 3625/2018.**

- 10.2.4** comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- 10.2.5** indicar preposto para representá-la durante a execução do contrato;
- 10.2.6** manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 10.2.7** manter atualizado os seus dados no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná, conforme legislação vigente.
- 10.3 O CONTRATANTE obriga-se a:**
- 10.3.1** receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no edital e seus anexos;
- 10.3.2** exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 10.3.3** verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade do objeto recebido provisoriamente, com as especificações constantes do edital e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;
- 10.3.4** comunicar ao Contratado, por escrito, as imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas, fixando prazo para a sua correção;
- 10.3.5** acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações do Contratado, através de comissão ou de servidores especialmente designados;
- 10.3.6** efetuar o pagamento ao Contratado no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no edital e seus anexos;
- 10.3.7** efetuar as eventuais retenções tributárias devidas sobre o valor da nota fiscal e fatura fornecida pelo Contratado, no que couber;
- 10.3.8** prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pelo Contratado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - GARANTIA

- 11.1** O prazo de garantia será de 90 (noventa), contados do recebimento definitivo.
- 11.2** Entende-se por garantia, para os fins a que se destina este Termo de Referência, aquela destinada a existência de falhas ou quaisquer defeitos de fabricação que comprometam a qualidade do material, compreendendo substituições dos produtos e demais correções necessárias;
- 11.3** Os prazos para solução de garantia dos objetos deverão ter início a partir da data do recebimento definitivo, sem ônus adicional para o contratante;
- 11.4** O prazo para implementação da garantia compreende as substituições dos produtos, ajustes na quantidade e demais correções necessárias;
- 11.5** A Contratada será responsável pela substituição, troca ou reposição do(s) item(ns) que porventura seja(m) entregue(s) fora das especificações solicitadas, devendo para tanto, a Contratada substituir o produto no prazo máximo de 15 (quinze) dias.
- 11.6** Os objetos deverão ser de primeira qualidade e ser garantidos contra defeitos de fabricação de acordo com as regras e os prazos estabelecidos no Código de Defesa do Consumidor e no Manual de Uso e Garantia do Produto do Fabricante.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA**
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1033/2018 - GMS 3625/2018.

11.7 Os preços apresentados deverão incluir custo de transporte e todos os custos diretos, indiretos, seus imprevistos, lucros, ônus fiscal e despesas com impostos, taxas, encargos sociais, seguros, etc.

11.8 Todas as despesas de impostos, frete, seguro, testes, outros custos que recaiam sobre os equipamentos ou para a substituição, que estejam cobertos pela garantia, serão suportadas pela Contratada.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - PENALIDADES

12.1 O contratado que incorra em infrações, sujeitam-se às seguintes sanções administrativas:

- a) advertência;
- b) multa;
- c) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por prazo não superior a 02 (dois) anos;
- d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, por prazo não superior a 05 (cinco) anos;
- e) impedimento de licitar e contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos.

12.2 As sanções previstas nas alíneas “a”, “c”, “d” e “e” do item anterior poderão ser aplicadas ao adjudicatário e ao contratado, cumulativamente com a multa.

12.3 Advertência será aplicada por conduta que prejudique o andamento do procedimento de licitação e de contratação.

12.4 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 1% (um por cento) sobre o valor total do lote no qual participou, será aplicada a quem:

- a) retardar ou impedir o andamento do procedimento licitatório;
- b) não mantiver sua proposta;
- c) apresentar declaração falsa;
- d) deixar de apresentar documento na fase de saneamento.

12.5 A multa, de 0,1% (zero vírgula um por cento) até 5% (cinco por cento) sobre o valor total do lote no qual participou ou foi arrematante, será aplicada a quem:

- a) apresentar documento falso;
- b) de forma injustificada, deixar de assinar o contrato ou instrumento equivalente;
- c) foi advertido e reincidiu pelo(s) mesmo(s) motivo(s).

12.6 Multa de mora diária de até 0,3% (zero vírgula três por cento), calculada sobre o valor global do contrato, até o 30º (trigésimo) dia de atraso na entrega do objeto contratual; a partir do 31º (trigésimo primeiro) dia será cabível a multa compensatória prevista no item 12.7.

12.7 A multa, de 10% (dez por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, será aplicada no caso de inexecução total ou parcial do contrato.

12.8 A suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, pelo prazo de até 02 (dois) anos, será aplicada ao licitante que:

- a) abandonar a execução do contrato;
- b) incorrer em inexecução contratual.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1033/2018 - GMS 3625/2018.**

12.9 A declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicada a quem:

- a) fizer declaração falsa na fase de habilitação;
- b) frustrar ou fraudar, mediante ajuste, combinação ou qualquer outro expediente, o procedimento;
- c) afastar ou procurar afastar participante, por meio de violência, grave ameaça, fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo;
- d) agir de má-fé na relação contratual, comprovada em procedimento específico;
- e) tenha sofrido condenação judicial definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;
- f) demonstrar não possuir idoneidade para contratar com a Administração, em virtude de atos ilícitos praticados, em especial, infrações à ordem econômica definidos na Lei Federal nº 12.529/2011;
- g) tenha sofrido condenação definitiva por ato de improbidade administrativa, na forma da lei.

12.10 O impedimento de licitar e de contratar com a União, Estados, Distrito Federal e Municípios e descredenciamento do Cadastro Unificado de Fornecedores do Sistema de Gestão de Materiais, Obras e Serviços – GMS, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, será aplicado a quem:

- a) recusar-se injustificadamente, após ser considerado adjudicatário, a assinar o contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido no edital;
- b) deixar de entregar documentação exigida para o certame;
- c) apresentar documentação falsa;
- d) ensejar o retardamento da execução de seu objeto;
- e) não mantiver a proposta;
- f) falhar ou fraudar na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo, fora das hipóteses da cláusula 12.9;
- h) cometer fraude fiscal.

12.11 A autoridade máxima do órgão ou entidade é a autoridade competente para impor as penalidades previstas no item 12.1, alíneas “c”, “d” e “e”.

12.12 Estendem-se os efeitos da penalidade de suspensão do direito de contratar com a Administração ou da declaração de inidoneidade:

- a) às pessoas físicas que constituíram a pessoa jurídica, as quais permanecem impedidas de licitar com a Administração Pública enquanto perdurarem as causas da penalidade, independentemente de nova pessoa jurídica que vierem a constituir ou de outra em que figurarem como sócios;
- b) às pessoas jurídicas que tenham sócios comuns com as pessoas físicas referidas no inciso anterior.

12.13 Na aplicação das sanções, a Administração observará as seguintes circunstâncias:

- a) proporcionalidade entre a sanção, a gravidade da infração e o vulto econômico da contratação;
- b) os danos resultantes da infração;



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA**
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1033/2018 - GMS 3625/2018.

- c) situação econômico-financeira da sancionada, em especial sua capacidade de geração de receitas e seu patrimônio, no caso de aplicação de multa;
- d) reincidência, assim entendida a repetição de infração de igual natureza após aplicação da sanção anterior; e
- e) circunstâncias gerais agravantes ou atenuantes da infração.

12.14 Nos casos não previstos no instrumento convocatório, inclusive sobre o procedimento de aplicação das sanções administrativas, deverão ser observadas as disposições da Lei Estadual nº 15.608/2007, da Lei Federal nº 10.520/2002 e da Lei Federal nº 8.666/1993.

12.15 Sem prejuízo das penalidades previstas nas cláusulas anteriores, a responsabilização administrativa e civil de pessoas jurídicas pela prática de atos contra a Administração Pública, nacional ou estrangeira, na participação da presente licitação e nos contratos ou vínculos derivados, também se dará na forma prevista na Lei Federal nº 12.846/2013, regulamentada, no âmbito do Estado do Paraná, pelo Decreto Estadual nº 10.271/2014.

12.16 Quaisquer penalidades aplicadas serão transcritas no Cadastro Unificado de Fornecedores do Estado do Paraná (CFPR).

12.17 Todas as penalidades descritas neste contrato somente serão efetivamente aplicadas após instauração de regular processo administrativo.

12.18 Após decisão definitiva proferida no processo administrativo, as multas aplicadas deverão ser recolhidas à conta do Contratante, no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da data da notificação, sob pena de seu valor ser descontado da garantia do contrato ou do documento de cobrança, na ocasião do pagamento, podendo, ainda, ser exigida judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - CASOS DE RESCISÃO

13.1 O presente instrumento poderá ser rescindido:

- a) por ato unilateral e escrito do Contratante, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII a XX do art. 129 da Lei Estadual nº 15.608/2007;
- b) amigavelmente, por acordo entre as partes, reduzidas a termo no respectivo procedimento administrativo, desde que haja conveniência para a Administração; ou
- c) judicialmente, nos termos da legislação.

13.2 No caso de rescisão amigável, a parte que pretender rescindir o Contrato comunicará sua intenção à outra, por escrito.

13.3 Os casos de rescisão contratual devem ser formalmente motivados nos autos do processo, assegurado o contraditório e o direito de prévia e ampla defesa ao Contratado.

13.4 O Contratado, desde já, reconhece todos os direitos da Administração Pública, em caso de rescisão administrativa por inexecução total ou parcial deste contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - ALTERAÇÕES CONTRATUAIS, ACRÉSCIMOS E SUPRESSÕES

14.1 Este contrato poderá ser alterado em qualquer das hipóteses previstas no art. 112 da Lei Estadual nº 15.608/2007.



**SECRETARIA DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA**
SETOR DE CONTRATOS E CONVÊNIOS – CONTRATO – Nº 1033/2018 - GMS 3625/2018.

- 14.1.1** O Contratado está obrigado a aceitar acréscimos ou supressões até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor do contrato.
- 14.2** É admissível a continuidade do contrato administrativo quando houver fusão, cisão ou incorporação da contratada com outra pessoa jurídica, desde que:
- a) sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na licitação original;
 - b) sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato; e
 - c) não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.
- 14.3** As alterações previstas nesta cláusula serão formalizadas por termo aditivo ao contrato.
- 14.4** Não será admitida a subcontratação do fornecimento.


CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1** Integram o presente contrato, para todos os fins: o edital da licitação e seus anexos e a proposta apresentada pelo Contratado durante a licitação.
- 15.2** Este contrato é regido pela Lei Estadual n.º 15.608/2007, pela Lei Federal n.º 10.520/2002 e, subsidiariamente, pela Lei Federal n.º 8.666/1993 e demais leis estaduais e federais sobre contratos administrativos, aplicando-se referida legislação aos casos omissos no presente contrato.
- 15.3** A Contratante enviará o resumo deste contrato à publicação no Diário Oficial do Estado do Paraná.
- 15.4** As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Estadual, no Foro Central da Comarca da Região Metropolitana de Curitiba – PR, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

Curitiba, 11 de Dezembro de 2018.


JÚLIO CEZAR DOS REIS

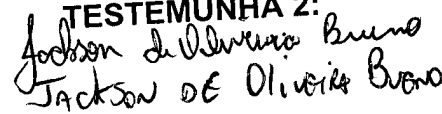
SECRETÁRIO DE ESTADO DA SEGURANÇA PÚBLICA E ADMINISTRAÇÃO
PENITENCIÁRIA


LUIZ MINIOLI NETTO
LUIZ MINIOLI NETTO – EPP

TESTEMUNHA 1: 

SIMONE FAUSTINO DE OLIVEIRA¹⁰
9563539-31 PR
064238829-87

TESTEMUNHA 2:


JACKSON DE OLIVEIRA BUENO
RG: 40 874 349.9